

HABEAS CORPUS Nº 549.050 - RJ (2019/0358698-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DIEGO ABELHA PASSOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de DIEGO ABELHA PASSOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O Juízo da Vara de Execuções Criminais reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, apurada em Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Em consequência, determinou a restrição de direitos e isolamento por 30 dias, com rebaixamento do índice de comportamento carcerário por 180 dias. Na mesma decisão também foi concedida nova progressão do regime fechado para o semiaberto.

Interposto agravo em execução, pelo Ministério Público, o Tribunal *a quo* deu-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 57):

"AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A INTERRUPÇÃO DE PRAZO E A ELABORAÇÃO DE CÁLCULO REMANESCENTE DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, PARA FINS DE PROGRESSÃO DE REGIME. APLICAÇÃO DA SÚMULA 534 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RÉU QUE CUMPRIA PENA EM REGIME FECHADO. POSSIBILIDADE. O APENADO CUMPRIA A PENA EM REGIME FECHADO, DO QUAL NÃO É POSSÍVEL REGREDIR, MAS AO CONTRÁRIO DO QUE ARGUMENTA A DEFESA, SE LHE IMPORÁ, TÃO SOMENTE, O EFEITO SECUNDÁRIO DA REGRESSÃO, QUAL SEJA A INTERRUPÇÃO DO PRAZO EXIGIDO PARA A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE REGIME, COM O REINÍCIO DE SUA CONTAGEM, A PARTIR DO COMETIMENTO DA ÚLTIMA FALTA GRAVE. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO."

Superior Tribunal de Justiça

Afirma a impetrante que houve ilegalidade na aplicação do regime prisional fechado e no interrompimento do prazo para progressão de regime, com o reinício da contagem a partir da última falta grave. Como também sustenta que essa falta grave caducou por ter sido apurada em prazo superior a 1 ano.

Requer, assim, "*o deferimento da liminar para que o Paciente aguarde em regime semiaberto o julgamento do presente writ, e no mérito requer a CONCESSÃO DA ORDEM, para cassar a decisão que interrompeu o prazo para progressão de regime do paciente, face a desproporcionalidade entre a sanção disciplinar aplicada e os danos causados pelo fato, e por respeito ao princípio da razoável duração do processo no âmbito da execução penal, tendo em vista que prescrita a falta grave*".

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intime-se

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator